

**Gabriel Patrocínio  
José Mauro Nunes  
(organizadores)**

# **Design & Desenvolvimento: 40 anos depois**

**Contribuições**

**Ajanta Sen**

**Anna Whicher**

**Cai Jun**

**Darragh Murphy**

**Gabriel Patrocínio**

**Gisele Raulik-Murphy**

**Gui Bonsiepe**

**H. Alpay Er**

**Izabelle Fernanda Silveira Vieira**

**José Mauro Nunes**

**Juan Camilo Buitrago**

**Marcos da Costa Braga**

**Mugendi K. M'Rithaa**

**Ravi Poovaiah**

**Roberto Aragão**

**Robson Gonçalves**

**Sylvia Xihui Liu**

**Victor Margolin**

**Blucher**

**Gabriel Patrocínio**  
**José Mauro Nunes**  
(organizadores)

**Design &  
Desenvolvimento:  
40 anos depois**

**Blucher****Publisher**

Edgard Blücher

**Editor**

Eduardo Blücher

**Produção editorial**Bonie Santos  
Camila Ribeiro  
Maria Isabel Silva**Traduções**

Carolina Oliveira

**Preparação de texto**

Bárbara Waida

**Revisão de texto**

Maria Aiko Nishijima

**Projeto gráfico**

Silvia Fernández

**Diagramação e montagem**

Maurelio Barbosa / designioseditoriais.com.br

**Copyright © Gabriel Patrocínio, José Mauro Nunes, 2015**  
**Editora Edgard Blücher Ltda.**Rua Pedroso Alvarenga, 1.245, 4º andar  
04531-012 – São Paulo – SP – Brasil  
Tel.: 55 (11) 3078-5366  
editora@blucher.com.br  
www.blucher.com.brSegundo o Novo Acordo Ortográfico, conforme 5. ed. do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, Academia Brasileira de Letras março de 2009.

É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer meios sem autorização escrita da Editora.

Todos os direitos para o português reservados pela **Editora Edgard Blücher Ltda.**

---

**FICHA CATALOGRÁFICA**

---

Design & desenvolvimento: 40 anos depois / organização de Gabriel Patrocínio e José Mauro Nunes. -- São Paulo: Blucher, 2015.  
264 p.: il.

ISBN: 978-85-212-0971-3

1. Desenho industrial 2. Desenho (Projetos) 3. Desenvolvimento econômico  
4. Desenvolvimento industrial I. Patrocínio, Gabriel II. Nunes, José Mauro

15-1028

CDD 745.2

---

Índices para catálogo sistemático:

1. Desenho Industrial

# Conteúdo

- 7 **Apresentação – A UNIDO e o design industrial**  
Gustavo Aishemberg
- 9 **Apresentação – O papel do design na era do conhecimento**  
Edna dos Santos-Duisenberg
- 11 **Introdução – Por que falar de políticas de design?**  
Gabriel Patrocínio
- 13 **Design para o desenvolvimento: mapeamento do contexto**  
Victor Margolin
- 29 **Padrões de desenvolvimento do design industrial no Terceiro Mundo:  
um modelo conceitual para países recém-industrializados**  
H. Alpay Er
- 55 **Design e os países em desenvolvimento: a dialética entre o  
design para a necessidade e o design para o desenvolvimento**  
Gabriel Patrocínio
- 75 **40 anos depois – entrevista com Gui Bonsiepe**  
Gabriel Patrocínio e José Mauro Nunes
- 83 **Da América Latina para a América Latina: o design como  
ferramenta para o desenvolvimento econômico e cultural**  
Juan Camilo Buitrago e Marcos da Costa Braga
- 111 **De Prebisch ao novo desenvolvimentismo:  
teoria e prática das políticas industriais**  
Robson Gonçalves e Roberto Aragão
- 125 **Por dentro da eterna “atemporalidade” da Índia –  
o design traz mais perguntas que respostas?**  
Ajanta Sen e Ravi Poovaiah
- 155 **Design na África: participo, logo existo – entrevista com Mugendi K. M’Rithaa**  
Gabriel Patrocínio

- 167 **Design para o desenvolvimento: uma perspectiva da China**  
Sylvia Liu e Cai Jun
- 183 **Uma mudança de paradigma nas políticas:  
integrando o design à agenda europeia de inovação**  
Gisele Raulik-Murphy, Darragh Murphy e Anna Whicher
- 203 **Consumo e desenvolvimento: perspectivas, limites e impasses do  
consumo colaborativo na contemporaneidade**  
José Mauro Nunes e Izabelle Fernanda Siveira Vieira
- 223 **Sobre os autores**
- 229 **Anexo 1 – Desenvolvimento pelo design**  
Gui Bonsiepe (1973)
- 251 **Anexo 2 – Diretrizes básicas para políticas de design industrial em países  
em desenvolvimento**  
Secretaria da UNIDO (1975)

# Apresentação

## A UNIDO e o design industrial

Ao ser criada, em 1966, como um organismo autônomo da ONU, foi atribuída à Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) a missão de promover e acelerar a industrialização dos países em desenvolvimento. Quando, no início da década de 1970, a UNIDO juntou forças ao Conselho Internacional de Sociedades de Design Industrial (ICSID), foi por entender o design industrial como uma ferramenta indispensável à sua missão. Que melhor maneira de promover e acelerar a industrialização do que contar com parceiros estratégicos entre as melhores instituições e profissionais de design no mundo?

O primeiro resultado da parceria da UNIDO com o ICSID foi a constituição, em 1973, de uma comissão especial que deu origem aos dois documentos reproduzidos neste volume. O primeiro tem como origem o ICSID, que, atendendo à demanda da comissão conjunta, entregou o relatório preparado pelo professor Gui Bonsiepe. Nele, busca-se estabelecer definições e proposições para a adoção de políticas industriais que contemplem o design industrial como uma ferramenta indispensável nos países em desenvolvimento. Finalmente, em 1975 – há exatos 40 anos –, com o final dos trabalhos dessa comissão especial, o Secretariado da UNIDO publicou o documento intitulado *Basic guidelines for policy of industrial design in developing countries* (Diretrizes básicas para políticas de design industrial em países em desenvolvimento), que apresentava de forma sintética as propostas do grupo de trabalho que reunira *experts* de diferentes origens e instituições. Esse documento não pretendia ser prescritivo de um padrão único, mas antes apresentar recomendações gerais, que poderiam ser então adotadas ou adaptadas respeitando-se particularidades das culturas locais e de parâmetros como grau de industrialização, tipo de economia e diversos outros fatores.

Em 1977, a UNIDO e o ICSID firmaram um novo Protocolo de Intenções que estendeu as metas estabelecidas anteriormente e gerou a Conferência de Ahmedabad em janeiro de 1979, no Instituto Nacional de Design da Índia, dando

origem a outro documento fundamental para as políticas industriais dos países em desenvolvimento: *Principais recomendações para a promoção do desenho industrial para o desenvolvimento*, conhecido como a *Declaração de Ahmedabad sobre design industrial para o desenvolvimento*.

Há, portanto, uma história de parcerias que situa a UNIDO no protagonismo das ações referentes a políticas de design para países em desenvolvimento, iniciada há cerca de quatro décadas. Nessa oportunidade, a UNIDO contribui mais uma vez para este debate ao trazer a público os dois documentos reproduzidos neste livro – que inexplicavelmente permaneceram à margem deste debate por longos anos e que, agora, ficam disponíveis para pesquisadores do design e das políticas industriais, de inovação e de desenvolvimento.

Acreditamos que este conhecimento e as vozes que se expressam a esse respeito neste livro vêm ao encontro do mandato da UNIDO de promover o desenvolvimento sustentável e inclusivo, em linha com os objetivos de desenvolvimento sustentável, especialmente com o objetivo número 9, que apresenta de forma direta a necessidade do desenvolvimento industrial como premissa para que a humanidade possa reduzir a pobreza e oferecer um mundo sustentável às gerações futuras. Nesse sentido, é com grande satisfação que oferecemos o aporte da UNIDO à iniciativa e recomendamos sua leitura e seu estudo.

Gustavo Aishemberg

*Representante da UNIDO no Brasil*



# Apresentação

## O papel do design na era do conhecimento

Na atual fase de transição da era industrial para a era do conhecimento e da criatividade, o design passou a ter papel cada vez mais relevante como suporte para melhorar o bem-estar social e o desenvolvimento urbano. A abordagem do design tem sido usada para promover qualidade de vida e facilitar interações entre os aspectos econômicos, tecnológicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade contemporânea. Conseqüentemente, o design inovador passou a ser um elo catalisador para a elaboração de estratégias de desenvolvimento que sejam mais adaptadas à realidade do século XXI e melhor respondam às suas necessidades. O *design thinking* tem sido usado no processo de implementação de políticas públicas transversais, principalmente ao se repensar o planejamento urbano das cidades com o intuito de torná-las humanamente habitáveis tanto para a população atual como para futuras gerações.

Recentemente, tanto nos países mais avançados como nos países em desenvolvimento, os governos gradualmente estão usando a ferramenta do design para estimular mudanças estruturais e rever modelos de crescimento econômico a fim de torná-los mais inclusivos e sustentáveis a longo prazo. Ao classificar o design como indústria criativa em seus Relatórios de Economia Criativa de 2008 e 2010, a ONU deu uma contribuição efetiva que ajudou a sensibilizar a comunidade internacional, principalmente os políticos e os acadêmicos, sobre a importância de políticas concertadas e multidisciplinares para revitalizar o desenvolvimento e promover a sustentabilidade. A globalização, a conectividade e a democratização do acesso à informação fizeram com que a sociedade civil se tornasse mais ativa, crítica e participativa, podendo assim se engajar no design de soluções criativas para os problemas da vida cotidiana. Nesse contexto, o design impacta não só a configuração de espaços urbanos, mas também a dinâmica das economias locais e a vida dos cidadãos, além de alavancar negócios, gerando empregos e promovendo inclusão e inovação.

Cabe ressaltar que o design não só lida com a forma e a aparência dos produtos, mas também representa criações funcionais e estéticas expressas de diversas maneiras, como bens ou serviços criativos. A criação de uma joia, a arquitetura de um edifício, o design de um bem industrial como um automóvel ou a concepção de um objeto de decoração de interior único ou produzido em escala são todos produtos de design que incorporam conteúdo criativo, objetivo de mercado e valor econômico e cultural. Design é o setor que mais contribui para a expansão do comércio mundial das indústrias criativas, representando mais de 65% das exportações totais de bens criativos e 60% dos serviços criativos. Segundo os dados da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), cerca de 414 bilhões de dólares circularam anualmente pelo mercado mundial resultantes da comercialização das diversas facetas dos produtos de design.

O design é um setor complexo em razão do seu vasto escopo, da subjetividade de suas definições e de suas características distintas. Portanto, a reflexão, a pesquisa e os questionamentos expressos neste livro sobre a dialética do design para o desenvolvimento são extremamente oportunos e dão um aporte significativo para a melhor compreensão dessa problemática. O livro analisa a evolução e a polaridade de visões ao longo de quatro décadas, identificando assimetrias na conceituação do design e apontando alguns mecanismos usados em políticas governamentais, mas sabiamente enfoca complementariedades, identificando possíveis convergências. É importante também reconhecer o legado deixado por pesquisadores e instituições, tais como a ONU, principalmente por meio de estudos e publicações da UNCTAD, da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) e da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), assim como do Conselho Internacional de Sociedades de Design Industrial (ICSID), para o avanço do debate e a onipresença do design na articulação de políticas de desenvolvimento.

Edna dos Santos-Duisenberg

*Assessora do Instituto das Nações Unidas para Treinamento e Pesquisa (UNITAR)*

*e consultora internacional em Economia Criativa e Desenvolvimento*

# Introdução

Gabriel Patrocínio

## Por que falar de políticas de design?

O discurso do design como ferramenta para o desenvolvimento (seja este econômico, social, ou um ideal de convergência de ambos) se estabelece no contexto do debate sobre as políticas nacionais de design. Esse debate, embora esteja se ampliando desde a década de 2000, ainda é bastante restrito no ambiente acadêmico, com raros estudos, publicações e pesquisas sobre o tema.

Por outro lado, não é nova a ideia de que o design deve integrar o rol de ferramentas de que o governo dispõe para enfrentar os problemas cada vez mais complexos de gestão e políticas públicas. Autores como Gui Bonsiepe, John Heskett, Victor Margolin, Alpay Er, Brigitte Borja de Mozota, entre outros, chamam a atenção para o tema, que surgiu na Academia, inicialmente, na área de História do Design, e depois também na área de Gestão do Design. Nos últimos anos, o crescente interesse sobre o tema tem partido principalmente do entendimento do design no contexto da Economia Criativa – segmento da economia que vem crescendo frequentemente a taxas superiores a todos os demais, incluindo a área financeira. A convergência de interesses inclui organismos internacionais como a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), o Fórum Econômico Mundial e a Comissão Europeia, com o apoio de instituições profissionais como o Bureau Europeu de Associações de Design (BEDA) e o Conselho Internacional de Sociedades de Design Industrial (ICSID). Conferências, novos estudos e documentos encomendados por órgãos de governo têm sido gerados em constante progressão a cada ano que passa. Hoje, não se fala mais apenas em políticas de design, mas também em design para a política – reconhecendo a importância de ferramentas do design para a construção de entendimento e de maior clareza na formulação de políticas públicas. Para citar apenas um documento que ganhou destaque nos últimos anos, *Design for growth and prosperity* (Design para o crescimento e a prosperidade) foi editado pela Comissão Europeia em 2012 como um relatório do Conselho Europeu de Lideranças de Design.

Nele, há diversas recomendações aos países-membros, agrupando de forma interconectada os sistemas de inovação, educacionais e de pesquisa, empresas e setor público, com diversas diretrizes que visam a promover o desenvolvimento da economia por meio do design.

Nesse contexto, este livro surge a partir do resgate de um documento editado no ano de 1975 pela Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), que discorre sobre políticas nacionais de design como mecanismo de suporte às políticas industriais dos países em desenvolvimento. O documento *Diretrizes básicas para políticas de design industrial em países em desenvolvimento*, produzido pelo Secretariado da UNIDO, é consequência do trabalho de uma comissão conjunta entre o ICSID e a UNIDO. Precede este documento final um relatório produzido por Gui Bonsiepe em 1973, representando o ICSID, que se intitula *Desenvolvimento pelo design*. Ambos os documentos, pouco conhecidos – até mesmo por sua classificação como “restritos” –, são reproduzidos pela primeira vez neste livro, com autorização concedida pela UNIDO. Apesar de sua abrangência, são documentos que sintetizam a ideia sem a proposição de prescrever uma fórmula única de implantação de políticas de design. Por isso mesmo, são referências importantes ainda hoje, e temos certeza de que a sua divulgação irá contribuir para a construção ou a reestruturação de programas de design ao redor do mundo.

Celebra-se aqui, então, os quarenta anos passados da publicação do documento-síntese da UNIDO, ao mesmo tempo em que se procura trazer à tona como esta ideia – o design como uma ferramenta de desenvolvimento – foi abordada ao longo destas quatro décadas em diversos países. Diferentes autores foram convidados a trazer suas contribuições a partir do Brasil, da Índia, da China, da Turquia, e ainda visões gerais sobre a África e a América Latina, além de um panorama da Europa hoje. Somam-se a estes a perspectiva histórica trazida por Victor Margolin e os comentários de Gui Bonsiepe, em entrevista concedida especialmente para este livro. Visões sobre políticas públicas, desenvolvimento industrial, estratégias, trajetórias convergentes e divergentes, design como ferramenta de consumo, de competitividade e de desenvolvimento social – um amplo panorama que não se propõe a ser completo, mas apenas a dar início (ou reinício) ao debate sobre o tema, e que deve servir de provocação para debates futuros e, certamente, para outras publicações de extensão e aprofundamento do assunto.

# Design para o desenvolvimento: mapeamento do contexto<sup>1</sup>

Victor Margolin

## 1.

Design para o desenvolvimento não é um conceito novo. Embora raramente possa ser encontrado na literatura sobre teoria do desenvolvimento, desde a década de 1960 este termo tem sido esporadicamente incluído no processo de desenvolvimento, apesar de ainda não ter conquistado para si um lugar permanente. A ideia de desenvolvimento tem uma história relativamente curta. A estrutura tripartida de Primeiro, Segundo e Terceiro Mundos, dominante nos estudos sobre desenvolvimento após a Segunda Guerra Mundial, foi baseada em uma ideologia decorrente da Guerra Fria, a qual identificava o capitalismo como o sistema econômico mais favorecido. O Primeiro Mundo era composto pelas nações ocidentais capitalistas e industrializadas; o Segundo Mundo consistia nas economias de regime centralizado dos países comunistas; enquanto o Terceiro Mundo abrangia principalmente as novas nações, as quais haviam anteriormente sido colônias dos países de Primeiro Mundo, mas posteriormente alcançaram a independência, muitas vezes por meio de guerras e revoluções. Os fundamentos ideológicos dessa estrutura assimétrica politizaram os três grupos e impregnaram as práticas de cooperação e assistência técnica entre as nações de conotações propagandistas.

Com o colapso da União Soviética e do Pacto de Varsóvia em 1989, esta ordem tripartida perdeu o seu significado ideológico, assim como o termo “Terceiro Mundo”, o qual, infelizmente, designou a muitos países uma condição de pobreza e desespero que não permitia reconhecer suficientemente o potencial deles para o desenvolvimento. Nesse ínterim, algumas nações anteriormente agrupadas na categoria de Terceiro Mundo alcançaram níveis suficientemente

1 Uma versão anterior deste artigo foi publicada em *Design Studies* v. 28, n. 2, mar. 2007.

elevados de crescimento econômico para que alcançassem a designação de países recém-industrializados.

Apesar dessas mudanças políticas e econômicas de nomenclatura entre as nações, o desenvolvimento manteve-se focado principalmente no avanço econômico, mas, em razão do contexto ideológico que o definiu nos anos do pós-guerra, obedecia aos modelos previstos pelos países mais industrializados. Como parte desse processo, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial forneceram enormes empréstimos a países menos desenvolvidos para projetos essenciais de infraestrutura, como barragens, rodovias e grandes empreendimentos industriais<sup>2</sup>. Para complementar esses empreendimentos, organismos nacionais e internacionais de ajuda bilateral introduziram projetos sociais ligados à agricultura, à saúde e, eventualmente, à manufatura em pequena escala.

Uma mudança no paradigma de desenvolvimento começou a tomar forma na década de 1980, quando uma série de comissões internacionais, tanto de dentro como de fora das Nações Unidas, ampliou a definição de desenvolvimento para nela incluir a capacidade de criar bem-estar humano, e não apenas uma infraestrutura econômica. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) adotou a ideia de *desenvolvimento humano*, que abrange as questões de cultura, igualdade social, saúde, nutrição, educação, entre outras. Em 1987, as Nações Unidas patrocinaram a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Comissão Brundtland. Presidida por Gro Harlem Brundtland, ex-primeira-ministra da Noruega, a Comissão introduziu a expressão *desenvolvimento sustentável*, agregando-a ao conceito de desenvolvimento em seu relatório *Our common future*. A preocupação da Comissão com as “necessidades dos pobres de todo o mundo, para as quais prioridade absoluta deveria ser dada” (WCED, 1987, p. 43) alterou o argumento fundamental dos projetos de desenvolvimento previstos, indo da construção de projetos industriais de larga escala para a atenuação da condição social e econômica dos cidadãos menos afortunados. Ela também deu forte ênfase às questões ambientais, reforçando “a ideia de limitações impostas pelos avanços da tecnologia e pela organização social à capacidade do meio ambiente de atender às necessidades do presente e do futuro” (WCED, 1987, p. 43). O destaque aos fatores sociais e culturais do desenvolvimento ganhou ainda mais proeminência em 1995, quando a Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento, grupo que havia sido estabelecido pela UNESCO, criou seu próprio relatório sobre o tema, *Our creative*

2 Para mais material sobre a história do desenvolvimento, ver David Stoesz, Charles Guzzetta e Mark Lusk, *International Development*, Boston et al.: Allyn e Bacon, 1999.

*diversity*. Nele, afirmou que “o objetivo final do desenvolvimento é o bem-estar físico, mental e social de todo ser humano” (WCCD, 1995, p. 16).

Essa Comissão estava preocupada com a preservação das culturas locais, bem como a garantia dos direitos de crianças, jovens e mulheres. Entre os temas discutidos pelos membros estavam também o patrimônio cultural, a manutenção da pluralidade das culturas e a ética global.

Como resultado dessas comissões das Nações Unidas e de outras, em meados da década de 1990 a noção de desenvolvimento já abarcava nada mais, nada menos do que a todo o bem-estar econômico, social, físico, cultural e ambiental de uma determinada população, fosse ela uma aldeia, uma região, uma nação, ou mesmo todo o planeta. No entanto, apesar das definições abrangentes de desenvolvimento que as comissões das Nações Unidas abraçaram, seus altos ideais ainda não conseguiram constituir o núcleo do processo de desenvolvimento.

Em vez disso, o desenvolvimento ainda é impulsionado mais agressivamente pelo Consenso de Washington, um conjunto de políticas econômicas originalmente concebido em 1989, com o objetivo de promover o crescimento na América Latina, e que se tornou a base das ideias neoliberais que promoveram as práticas de livre mercado, a privatização das empresas públicas e as maiores oportunidades para empresas multinacionais nas economias dos países em desenvolvimento. Um estudioso que se opôs ao Consenso de Washington é Joseph Stiglitz, antigo economista-chefe do Banco Mundial, hoje professor de economia da Universidade de Columbia. Em artigo publicado em 2001, Stiglitz defendeu que “as políticas do Consenso de Washington, que foram impostas aos países em desenvolvimento, pouco fizeram para aumentar o crescimento econômico e podem ter contribuído significativamente para a instabilidade econômica” (STIGLITZ, 2001, p. 3). Em oposição a isso, Stiglitz propõe um “paradigma alternativo” que, segundo ele, “deve centrar-se em torno de (i) identificar e explicar as principais características dos países em via de desenvolvimento e explorar suas implicações macroeconômicas, por exemplo, para o crescimento e a estabilidade” e “(ii) descrever o processo de *mudança*, de como as instituições (incluindo as instituições políticas e sociais) e as estruturas econômicas são alteradas no processo de desenvolvimento” (STIGLITZ, 2001, p. 2).

Em oposição às políticas neoliberais que continuaram a dominar a economia do desenvolvimento, as Nações Unidas estabeleceram os Objetivos do Milênio (ODM), resultantes de uma reunião de 147 chefes de Estado em Nova York, em setembro de 2000. Os oito ODM, que serviram como um ponto de aproximação entre governos e organizações não governamentais em todo o mundo, originalmente comprometiam as nações a reduzir a pobreza até 2015. Todavia, no início de 2015 apenas três dos seus objetivos haviam sido alcançados, e ainda restava

muito trabalho a ser feito para o cumprimento dos outros<sup>3</sup>. O problema é que os fins humanitários dos ODM entraram em competição direta com as políticas neoliberais, causadoras de efeitos tão nocivos sobre as economias em todo o mundo, de modo que não tem sido feito um esforço coordenado, e o desenvolvimento continua a ser conduzido por interesses privados em concorrência com as políticas públicas.

A economia global é assimétrica e a questão do comércio internacional justo, assunto que é discutido à parte dos ODM, continua a desempenhar um papel central para a conquista do desenvolvimento mundial. A disseminação, do mundo desenvolvido para o menos desenvolvido, de empresas multinacionais como a rede de supermercados Walmart tem trazido benefícios e problemas consideráveis para os países em desenvolvimento onde essas empresas estabelecem mercados, mesmo que elas introduzam novas, abundantes – e frequentemente baratas – mercadorias para as populações locais. Empresas gigantescas como o Walmart absorvem quantidades consideráveis de capital local dos países que as acolhem, em troca de fornecer bens e serviços que o país anfitrião poderia ter produzido ele mesmo. Esta tem sido uma das tristes consequências do acordo do NAFTA entre Estados Unidos, Canadá e México, e há grande possibilidade de que seja repetida no CAFTA, zona de comércio a que aderiram os Estados Unidos e os países da América Central, bem como na Parceria Trans-Pacífico (PTP), acordo comercial que o presidente Obama busca promover.

O ponto a ser defendido pela justaposição da política de comércio internacional com a agenda social ambiciosa dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio é de que o processo de desenvolvimento é repleto de contradições em nível macro, ainda que projetos de pequena e média escala possam ser muito bem-sucedidos. Essas contradições contribuem para a dificuldade de se elaborarem planos de desenvolvimento nacionais viáveis – baseados na intenção de otimizar recursos e condições locais – ainda que contrários à agenda neoliberal.

O que fica claro, no entanto, é que o processo de desenvolvimento é agora muito mais complexo do que era depois da Segunda Guerra Mundial, quando a demarcação de nações em Primeiro, Segundo e Terceiro Mundos determinava a dinâmica de crescimento da economia internacional e da promoção social. Há, atualmente, muito mais atores no processo, que se estendem desde as milhares de ONGs às agências das Nações Unidas, governos, universidades, corporações multinacionais e redes internacionais de ativistas.

3 Após a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) em 2012, foi assumido o compromisso de desenvolver um conjunto de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), complementares aos objetivos já em vigor.



Para muitas das pessoas e organizações envolvidas na área de desenvolvimento, este hoje significa a redução da pobreza em vez do planejamento econômico nacional. Enquanto a maioria das situações extremas de pobreza, fome e falta de moradia permanece nos países menos desenvolvidos, a diferença entre os mais ricos e os mais pobres continua a aumentar em nações como os Estados Unidos, ainda considerados como pertencentes ao Primeiro Mundo. Do mesmo modo, a sustentabilidade do meio ambiente, que não estava na agenda imediata do desenvolvimento durante os anos pós-guerra, agora diz respeito a todos, não importando o quanto sejam privilegiados. Por esse motivo, o desenvolvimento atualmente assume um significado muito mais amplo do que teve no passado. Não significa tirar a atenção das partes menos desenvolvidas do mundo, onde a demanda por assistência é maior, mas implica entender que a necessidade humana existe em toda parte.

## 2.

Em que lugar, então, se encaixa o design neste cenário amplo de desenvolvimento? Para responder a essa pergunta, eu gostaria de começar tratando da *Declaração de Ahmedabad sobre design industrial e desenvolvimento*, a qual resultou de uma reunião, em janeiro de 1979, para discutir a promoção do design industrial em países em desenvolvimento. Começar por esse documento permitirá descrever uma trajetória muito diferente do movimento do design para o desenvolvimento daquela que geralmente é apresentada pelos que se apoiam no trabalho de Victor Papanek, *Design for the real world (Design para o mundo real*, em tradução livre), e no de E. F. Schumacher, *Small is beautiful (O negócio é ser pequeno)*. A Conferência de Ahmedabad, organizada pelo Instituto Nacional de Design da Índia, resultou de um protocolo assinado em abril de 1977, entre a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) e o Conselho Internacional de Sociedades de Design Industrial (ICSID).

É significativo que o parceiro original do ICSID dentro das Nações Unidas tenha sido a UNIDO em vez do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), pois isso reforça o fato de que as Nações Unidas entendiam, inicialmente, o design como parte do processo de desenvolvimento industrial, não como um parceiro no esforço humanitário para a diminuição da pobreza. É claro que os dois objetivos estão ligados, mas, em determinado momento, particularmente depois que Papanek publicou a edição em inglês de *Design for the real world* em 1972, a concepção de design para o desenvolvimento passou a ser associada principalmente a projetos de mão de obra intensiva, de baixa tecnologia, mais relacionados às necessidades de sobrevivência das comunidades do que a uma possível contribuição para as estratégias de desenvolvimento nacional. É possível encontrar evidências desse pensamento em uma profusão de livros,

catálogos de exposições e atas de conferências que aliam design a intervenções de baixa tecnologia<sup>4</sup>.

Papanek, na verdade, havia criado em *Design for the real world* uma oposição binária entre a irresponsabilidade e o desperdício dos produtos criados pelos designers do Primeiro Mundo e os produtos mais significativos que ele e seus alunos haviam projetado para usuários do Terceiro Mundo. O produto às vezes citado por ele como um exemplo de design para países do Terceiro Mundo era um rádio feito de lata e movido a cera de vela<sup>5</sup>. Ele se referia à criação como um “dispositivo transitório”, alegando que levou pessoas de pouca sofisticação a posteriormente adotarem Panasonic, Philips e outros rádios produzidos industrialmente.

O antagonismo de Papanek ao design industrial como era praticado nos países desenvolvidos foi reforçado pelo amplo movimento de contracultura do início da década de 1960, o qual desafiava os valores sociais e econômicos das sociedades capitalistas ocidentais. Além de abraçar a crítica de Papanek ao design industrial no Ocidente, estudantes e outros públicos também aceitaram o ceticismo de Schumacher sobre a modernização. Não é surpreendente que, na orelha do livro de Schumacher, *Small is beautiful*, esteja, em destaque, uma foto de Mahatma Gandhi, defensor do artesanato tradicional como um símbolo do nacionalismo indiano, ao contrário de Jawaharlal Nehru, primeiro-ministro indiano, responsável por acolher e implementar diversas políticas industriais do Ocidente.

Poder-se-ia provocativamente fazer uma comparação entre a defesa de Schumacher e Papanek aos projetos de pequena escala e baixa tecnologia e o modelo colonial de desenvolvimento que os britânicos aplicaram de forma pioneira na Índia no século XIX, embora as motivações de ambos sejam bastante diferentes. Schumacher e Papanek auferiram um alto valor à capacitação local como forma de rejeição à hegemonia ocidental. Já o Gabinete Colonial Inglês

- 4 Ver T. Coward, J. Fathers e A. Thomas (Ed.), *Design & development: seminar proceedings*. Cardiff 11-12, July 2001. (Cardiff: UWIC Press, 2002); Å. K. Haugeto e S. A. Knutslien (Ed.), *Design without borders: experiences from incorporating industrial design into projects for development and humanitarian aid* (Oslo: A Norsk Form, 2004); e *Design para os outros 90%* (Nova York: Cooper-Hewitt, National Design Museum Smithsonian Institution, 2007). O último é o catálogo de uma exposição realizada no Museu Nacional de Design Cooper-Hewitt, de 4 de maio a 23 de setembro de 2007. Os projetos apresentados incluíam uma bomba d'água de bambu movida a pedal, um abrigo de papelão ondulado e um aparelho auditivo movido a energia solar.
- 5 A afirmação de Papanek sobre a necessidade de objetos de transição, tais como o rádio de lata, pode ser rebatida pela recente introdução bem-sucedida de telefones celulares em zonas rurais da África. Ver S. LaFraniere, *Cellphones Catapult Rural Africa to 21<sup>st</sup> Century*, disponível em *The New York Times*, 25 ago. 2005.

apoiou o desenvolvimento do ensino de artesanato em escolas de arte indianas, dando uma forte ênfase à expressão da identidade indiana por meio do cultivo de artes decorativas, enquanto, simultaneamente, produtores britânicos miraram na Índia como um mercado para suas próprias máquinas têxteis, que lá vendiam competindo com a parca concorrência dos produtores indianos<sup>6</sup>.

Um ano depois de *Design for the real world* ter sido publicado, e talvez por causa disso, o ICSID formou um grupo de trabalho para discutir as formas com que designers poderiam contribuir para minimizar os problemas do Terceiro Mundo. Conhecida como “Grupo de Trabalho 4: Países em Desenvolvimento”, a iniciativa foi conduzida por Paul Hogan, do Comitê Irlandês de Exportação, e incluiu entre seus membros Papanek, Knut Yran (da Philips), Jorg Glasenapp, Goroslav Kepper e Amrik Kalsi, um queniano que foi o único membro da equipe a representar um país em desenvolvimento. Segundo Papanek, a equipe se reuniu em intervalos de alguns meses por quase três anos. Em sua breve descrição sobre o trabalho do grupo, ele observa que sua sensibilidade às necessidades culturais estava em oposição “ao viés de alta tecnologia almejado para o expansionismo do design e sentido como desejável por parte de alguns no ICSID” (PAPANEK, 1986, p. 46). Uma das propostas do grupo era de “uma escola internacional de design para o hemisfério sul do globo” (PAPANEK, 1983, p. 61), e um dos principais objetivos da escola, como observou em seu artigo de 1983, seria de enfrentar as realidades dos países periféricos, mais bem caracterizados pela “mão de obra intensiva, de pequena escala” (PAPANEK, 1983, p. 61)<sup>7</sup>.

A caracterização de Papanek da realidade dos países periféricos não poderia ter sido mais diferente dos objetivos da *Declaração de Ahmedabad*, de 1979. Os acontecimentos políticos que levaram ao acordo entre ICSID e UNIDO começaram, na verdade, com a formação do Grupo dos 77 em junho de 1964. O Grupo dos 77 foi uma coalizão de 77 países em desenvolvimento, que assinaram uma declaração conjunta para esclarecer e promover seus interesses econômicos coletivos e aumentar sua capacidade de negociação em temas de grande importância econômica no interior do sistema das Nações Unidas.

A formação do grupo levou a uma sucessão de declarações, entre as quais está a *Declaração e plano de ação sobre o desenvolvimento industrial e a cooperação de*

6 Para uma discussão das práticas coloniais britânicas relacionadas a design e educação sobre design na Índia do século XIX, ver V. Margolin, *World history of design*, v. 2. [Capítulo 34: Colonies: India, Hong Kong, and Burma. 1900-1945, p. 729-742] (Londres, Nova Deli, Nova York, Sydney: Bloomsbury, 2015).

7 Como aponta Papanek, Paul Hogan, que liderou Grupo de Trabalho 4, apresentou a proposta para o congresso do ICSID de 1975, em Moscou, mas esta recebeu pouco apoio e nenhuma ação por parte do órgão.

*Lima*, do ano de 1975, que foi adotada a partir da Segunda Conferência Geral da UNIDO nesse mesmo ano. O documento era explícito ao enfatizar o papel da indústria como “um instrumento dinâmico de crescimento, essencial para o rápido desenvolvimento econômico e social dos países em desenvolvimento, em particular dos países menos desenvolvidos” (UNIDO, 1975, p. 1). A declaração foi também associada à proposta de uma Nova Ordem Econômica Internacional (NIEO), proposta pela primeira vez na Conferência de Cúpula dos Países não Alinhados, realizada na Argélia, em 1973. Pouco depois, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a pesada *Carta dos direitos e deveres econômicos dos Estados*, a qual afirmava que cada Estado tinha plena soberania sobre suas riquezas e recursos naturais, incluindo o direito de apropriação sobre empresas estrangeiras com compensação adequada, se necessário. No longo prazo, o clamor por uma Nova Ordem Econômica Internacional acabou não transformando o sistema econômico internacional, embora tenha se tornado um apelo para a coalizão dos países em desenvolvimento que a apoiaram.

Foi então sob o espírito de uma agressiva reivindicação dos países em desenvolvimento pela reestruturação da economia mundial que a conferência de Ahmedabad foi realizada, e a *Declaração de Ahmedabad sobre design industrial para o desenvolvimento* foi produzida<sup>8</sup>. O documento afirmava explicitamente que estava alinhado com a *Declaração e plano de ação de Lima*, responsável por destacar o papel central da indústria no processo de desenvolvimento. Ele também previu acertadamente que o design poderia dar uma valiosa contribuição para o desenvolvimento econômico de uma nação e que a “metodologia do design é pouco conhecida e insuficientemente utilizada como um recurso econômico” (BALARAM, 2009, p. 65). Além disso, enquanto reconheceu que o design em países em desenvolvimento teve de se utilizar de “habilidades, materiais e tradições indígenas”, tal como propuseram Papanek e o Grupo de Trabalho 4 do ICSID, a declaração também afirmou que o design deveria absorver “o extraordinário poder que a ciência e a tecnologia podem fornecer a ele” (BALARAM, 2009, p. 66).

Os redatores do documento encorajaram os países em desenvolvimento a estabelecer instituições e centros de design, que deveriam “desenvolver uma estreita e duradoura relação com a atividade industrial no governo e no setor privado em todos os níveis, incluindo indústrias pesadas, de média escala, de pequena escala, rurais e de artesanato, bem como com instituições de ensino e pesquisa e com os consumidores finais do design” (BALARAM, 2009, p. 66).

8 A *Declaração de Ahmedabad* foi republicada em *Design Issues* com uma introdução de S. Balaram (2009).

O compromisso com ciência e tecnologia e o desenvolvimento de vínculos estreitos com a indústria foram um importante complemento para as ideias – orientadas para a comunidade – de Papanek e Schumacher sobre o desenvolvimento, ao mesmo tempo em que também permitiram uma nova abordagem do ICSID em relação aos países em desenvolvimento, mudando daquela proposta do Grupo de Trabalho 4, com base em soluções de baixa tecnologia, para uma posição organizacional de apoio às metas de produção industrial da UNIDO.

Todavia, em seu artigo de 1986, *Design in developing countries 1950-1985: a summing up*, Papanek descreve a história de forma um pouco diferente. Nele, o autor reconhece que a *Declaração de Ahmedabad* foi um importante indicador para o futuro, que marcou a década de 1970, mas critica a ênfase industrial do documento, declarando que “tentar ingressar apressadamente em um século XXI centralizador de otimização e de alta tecnologia é, obviamente, entrar em um beco sem saída” (PAPANEK, 1986, p. 46). Papanek conclui seu artigo com um polêmico argumento que contesta a necessidade de *experts* internacionais, e alega que a cooperação entre os países em desenvolvimento é “uma alternativa e o caminho natural para a ajuda mútua” (PAPANEK, 1986, p. 47).

Papanek também elogiou o trabalho que o designer alemão Gui Bonsiepe fez no Chile como membro da INTEC, uma equipe de designers industriais que Salvador Allende, presidente socialista do Chile, estabeleceu para criar novos produtos, como equipamentos agrícolas, para atender às necessidades do país. Bonsiepe, na verdade, foi um forte crítico de *Design for the real world*, intitulado a crítica que escreveu sobre o livro, em sua coluna semanal na revista argentina *Summa*, de *Piruetas do neocolonialismo*. Papanek, em resposta, caracterizou Bonsiepe como tendo um “ponto de vista claramente definido e politicamente fracionado” (PAPANEK, 1986, p. 45).

De todos os teóricos que escreveram sobre design para o desenvolvimento desde a *Declaração de Ahmedabad*, Gui Bonsiepe é um dos únicos que honrou o espírito desse documento, assim como o da *Declaração e plano de ação de Lima*. Em 1991, o autor publicou um capítulo sobre design em países em via de desenvolvimento para a obra em três volumes *History of industrial design*, publicada pela Electa, em Milão. Nele, Bonsiepe alinha claramente design e indústria, defendendo que “uma história bem fundamentada e detalhada do design industrial na periferia da civilização moderna não pode ser escrita até que os historiadores construam um retrato do desenvolvimento industrial com todas as suas ramificações nos domínios do negócio, do comércio, da ciência, da tecnologia e, sobretudo, da vida cotidiana da sociedade” (BONSIEPE, 1991, p. 252).

Em seus escritos subsequentes, Bonsiepe trabalhou com base em um modelo centro/periferia, o qual destaca um relacionamento desigual de poder e privilégio entre os países desenvolvidos e os em via de desenvolvimento, e demonstrou

que o design tem um papel importante a desempenhar no desenvolvimento industrial dos países periféricos. Para organizar os dados históricos, Bonsiepe criou uma matriz que cruza os seis domínios do design – gestão, prática, política, educação, pesquisa e discurso –, apresentando cinco fases de desenvolvimento. As fases evoluiriam de uma situação de artistas autodidatas trabalhando fora da indústria (um lugar confortável para a teoria de Papanek) para uma busca por serviços que caracterizariam o design industrial, finalmente chegando aos designers que trabalham em empresas industriais. Entre outras atividades que Bonsiepe vislumbrou para o quinto estágio de desenvolvimento estavam: desenvolvimento de equipes multidisciplinares; simpósios internacionais, congressos e competições; cursos educacionais exigentes em escolas bem equipadas; design como um objeto de estudo científico; e publicação de livros que lidassem com prática de design, além de sua história e teoria. De fato, a fase final prevista por Bonsiepe se parece exatamente com a prática do design em um país do mundo desenvolvido. A sugestão de sua matriz é que o design e seu meio social podem e devem amadurecer, assim como a economia, a administração e a prestação de serviços de um país também se desenvolvem (BONSIEPE, 1991).

A reivindicação de Bonsiepe por um papel para o design no planejamento e no processo de desenvolvimento de uma nação se aproxima razoavelmente das recomendações da *Declaração de Ahmedabad*. Assim como a declaração, que aconselha os designers a trabalharem com uma vasta gama de organizações, desde indústrias pesadas até pequenas cooperativas artesanais, Bonsiepe, em sua carreira como consultor e diretor de uma empresa de design, bem como em sua obra, nunca previu a rejeição de indústrias de pequena escala em favor de um movimento linear em direção à produção industrial.

A aplicação da matriz que Bonsiepe propôs para o progresso do estudo e da prática do design nos países em desenvolvimento tem sido impossibilitada nos últimos anos pelas práticas globais de empresas multinacionais, as quais desenvolvem seus produtos nos Estados Unidos ou no Japão, mas depois transferem o processo de fabricação para países de baixos salários, como, por exemplo, China, Tailândia, Romênia ou Bangladesh. As ferramentas de fabricação foram separadas do processo de design, proporcionando aos países onde produtos globais são fabricados experiência com a produção, mas não com o design.

Em alguns casos, essa situação vem mudando, na medida em que países que começaram trabalhando na produção, com mão de obra barata, para as empresas estrangeiras perceberam que, se eles quisessem o desenvolvimento de suas indústrias locais, precisariam ter seus próprios designers. O Japão foi, talvez, o primeiro a compreender isso e começou, durante a era Meiji, a formar seus próprios designers, muito antes de o país começar a fabricar produtos baratos sob a

ocupação norte-americana, após a Segunda Guerra Mundial<sup>9</sup>. Durante a década de 1950, os japoneses aprenderam a fabricar seus próprios produtos eletrônicos, adotando tecnologias como o transistor antes mesmo das empresas norte-americanas e utilizando-se, inclusive, de especialistas norte-americanos, como Edward Deming, para criar com pioneirismo inovações nos meios de fabricação e produção. Na década de 1960, os japoneses já haviam derrotado a indústria americana da televisão com seus artefatos eletrônicos superiores e seguiram injetando no mercado diversos dispositivos originais, como o Walkman<sup>10</sup>. Também começaram a produzir automóveis de qualidade superior à maioria das suas congêneres norte-americanas, e continua a fazê-lo até hoje.

Enquanto os japoneses foram se tornando mais e mais bem-sucedidos no design e no marketing de produtos globais, a Coreia do Sul começou a seguir seu exemplo e, em 1967, já havia criado suas próprias companhias automobilísticas, a Hyundai e a Kia. Hoje, a Índia está crescendo rapidamente no campo de design de *software* e, semelhantemente ao exemplo japonês em bens duráveis, começando a formar seus próprios designers de *software*, além de funcionários para laboratórios de pesquisa da Microsoft e equipes de *call center* para outras empresas estrangeiras. A China, antes considerada o centro manufatureiro do mundo, também está projetando seus próprios produtos para o mercado global. À medida que essas nações desenvolveram com sucesso formas de integrar designers industriais a seu setor de produção, elas também assumiram um papel mais forte no ICSID, desta vez como países em fase de maturidade do desenvolvimento industrial.

### 3.

Se compararmos a forma como Gui Bonsiepe descreve o design no mundo em desenvolvimento em seu artigo de 1991 com a de Papanek, é evidente que o modelo de cinco fases de Bonsiepe oferece muito mais oportunidades para a intervenção do design em diferentes setores da economia, pois reconhece, assim como a *Declaração de Ahmedabad*, que o design pode e deve desempenhar vários papéis no processo de desenvolvimento. Bonsiepe apresentou um modelo abrangente desse processo, muito mais amplo do que o frequente reforço à ideia de satisfação de necessidades básicas, embora também tenha reconhecido a importância destas. Considerando que Bonsiepe obteve seus exemplos de design a

9 Ver V. Margolin, *World history of design*, v. 1 [Capítulo 15: Protoindustrialization in diverse regions, p. 437-440] e *World history of design*, v. 2 [Capítulo 36: Ásia: Japan, its colonies, and its territories, p. 783-800].

10 Ver A. Morita com E. M. Reingold e M. Shimomura, *Made in Japan. Akio Morita and the Sony Corporation* (New York: Dutton, 1986).



partir do que ele chamou de países periféricos, principalmente Brasil e Índia – que têm desde então desenvolvido fortes setores de produção –, sua matriz pode, não obstante, ser aplicada a qualquer país em desenvolvimento, mesmo um que esteja mergulhado nas condições de pobreza mais primárias.

Bonsiepe não alega em seu trabalho que cada país tem o potencial de alterar rapidamente seu papel atual na economia global, mas sugere que isso não é impossível. Em outras obras, o autor coloca um forte destaque na diferença entre os países que historicamente exportavam matérias-primas e importavam produtos acabados, prática que ainda caracteriza grande parte do mundo em desenvolvimento, e aqueles que produzem bens acabados para seu próprio consumo e também para exportação. Claramente, estes últimos são os que perpetuam a vantagem assimétrica, de modo que Bonsiepe constantemente incita os países em desenvolvimento a incluírem o design em seus setores industriais.

Por outro lado, a abordagem de Papanek, acolhida por muitos designers quando tratam da ideia de design para o desenvolvimento, corresponde muito mais a um aspecto específico do planejamento social, conhecido como desenvolvimento comunitário. Essa ideia é atualmente conservada em grande parte pelo Terceiro Setor, que é composto principalmente de organizações locais e internacionais dedicadas à promoção social, incluindo a redução da pobreza. O Terceiro Setor difere do Primeiro Setor, formado por empresas que operam no mercado, e do Segundo Setor, que é composto principalmente por agências governamentais. As organizações do Terceiro Setor obtêm financiamento dos dois outros Setores, bem como de outras fontes, tais como fundações e contribuições públicas. O que distingue o Terceiro Setor do Primeiro e do Segundo é o fato de que seus projetos, em geral, desempenham um papel mais modesto em planos nacionais de desenvolvimento do que os projetos de crescimento de empresas de manufatura em grande escala. Frequentemente, designers de países desenvolvidos trabalham em conjunto com pequenas e médias empresas (PME), como também o faz a organização Dutch Design in Development, a qual tem colaborado com empreendimentos e cooperativas em uma série de países<sup>11</sup>. Trabalho semelhante vem sendo conduzido por Fernando Schultz, da Universidade Autônoma do México em Azcapotzalco, fora da capital Cidade do México, que tem trabalhado com artesãos locais em diferentes partes do México a fim de produzir objetos artesanais modernizados voltados para o mercado de exportação.

11 Informações sobre a Dutch Design in Development podem ser encontradas no site do grupo: <http://www.ddid.nl>. O trabalho da organização no Níger foi apoiado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).



As oportunidades para uma participação do design no processo de desenvolvimento são geralmente determinadas pela estrutura disponível de assistência ao desenvolvimento. Antes de considerar meios para que o design possa desempenhar um papel mais proeminente nesse processo, vamos fazer uma consideração sobre essa estrutura. A assistência ao desenvolvimento pode assumir muitas formas: subsídios a fundo perdido e doações de dinheiro, bens e serviços; empréstimos; conselhos de especialistas e formação de agentes locais tanto no país de origem como no exterior. O design como serviço é uma forma de colaboração social, realizada por designers locais que adquiriram seus conhecimentos por meio de estudo ou aprendizagem, ou de treinamento oferecido por *experts* estrangeiros que participam da formação ou da capacitação de designers locais. As colaborações de especialistas estrangeiros variam desde as anteriormente mencionadas consultas a pequenas e médias empresas, até a formação de designers em empresas de grande porte. Considere, por exemplo, no último caso, o impacto que os designers de automóveis americanos tiveram após a Segunda Guerra Mundial ao ensinar a seus colegas japoneses como projetar automóveis para produção em massa.

Dentro da família das organizações das Nações Unidas, o design tem geralmente sido ligado ao PNUD e quase nunca à UNIDO, apesar do copatrocinio desta organização à Conferência de Ahmedabad, de 1979. Há pouca ou nenhuma evidência de que outras agências especializadas da ONU – como a Organização Mundial de Saúde (OMS), a Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a UNESCO, ou a UN Habitat – tenham dado um lugar de destaque ao design em seus programas de ajuda.

Agências nacionais de desenvolvimento, como a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), a Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento (NORAD) e o Departamento de Desenvolvimento Internacional da Grã-Bretanha, também fazem pouco uso do design como parte integrante dos seus planos de desenvolvimento. Da mesma forma, falta aos milhares de organizações não governamentais existentes a compreensão sobre o trabalho do designer, assim como o entendimento da medida em que o design pode contribuir para seus programas e objetivos.

Entre as corporações multinacionais que participam do processo de desenvolvimento construindo plantas de fabricação em países menos desenvolvidos, há pouco interesse em cultivar profissionais locais de design, uma vez que o design de um produto pode ser feito em qualquer lugar, e que as empresas não se sentem incentivadas a trabalhar com designers que podem não ter níveis de sofisticação e conhecimento técnico iguais aos de profissionais advindos de países desenvolvidos.

Há várias razões para essa falta de envolvimento com o design. A primeira é que o design é algo pouco difundido entre as inúmeras organizações envolvidas no

processo de desenvolvimento, particularmente nos estágios menos avançados. A segunda, e mais importante, é que, se o design começar a contribuir para o sucesso das grandes empresas nacionais, isso pode alterar ainda mais a assimetria das vantagens comerciais dos países desenvolvidos. Os exemplos do Japão e da Coreia do Sul tornaram-se modelos para outros países. Por conseguinte, as organizações de ajuda humanitária deveriam contribuir para fortalecer as empresas de maior porte, bem como as pequenas e médias empresas e cooperativas de pequena escala. É verdade também que o impacto de algumas empresas multinacionais é tão grande nos países onde operam que seria extremamente difícil competir com elas sem algumas alterações em sua legislação comercial. Por último, o design é pouco considerado nas teorias de desenvolvimento nas quais os governos e as agências de financiamento externo baseiam suas políticas.

#### 4.

O que, então, pode ser feito? Em primeiro lugar, a teoria do desenvolvimento deveria integrar melhor os múltiplos fatores que envolvem comércio, transferência de tecnologia e expansão cultural, e que afetam as condições de desenvolvimento. Enquanto os mecanismos de alívio de dívidas e os milhões de dólares que os países desenvolvidos e os organismos internacionais dedicam à erradicação da pobreza são essenciais, o que é mais necessário para o desenvolvimento é o fortalecimento das economias nacionais das nações em desenvolvimento, a fim de ajudá-las a melhor competir nos mercados globais. Isso significa uma maior consideração das preocupações desses mercados no âmbito da Organização Mundial do Comércio, a fim de evitar uma repetição do desastre de 2003 da Conferência Ministerial da OMC em Cancún, na qual um grupo de nações em via de desenvolvimento simplesmente se retirou dos debates.

O que é necessário é um modelo de desenvolvimento mais dinâmico, que reconheça um encadeamento de atividades, começando pela redução da pobreza para atingir ao final o aperfeiçoamento do comércio. Partindo desse modelo, uma determinada situação que necessite de design pode ser analisada de acordo com uma matriz espacial e temporal. Por um lado, tal matriz pode caracterizar melhor a situação em relação a outros fatores que determinam uma abordagem mais holística. Por outro lado, ela pode ser posicionada em uma trajetória temporal que sugere possíveis expansões ou transformações no futuro.

Para influenciar as teorias do desenvolvimento, os defensores do design para o desenvolvimento devem participar dos foros apropriados em que essas teorias estão sendo discutidas, notadamente as conferências de diversas associações profissionais, incluindo aquelas que lidam com questões comerciais. Por serem agentes de mudança, há atualmente uma demanda por designers com formação avançada em desenvolvimento internacional, economia e comércio, pois estes

podem aliar a filosofia do design à teoria do desenvolvimento e motivar outros a também fazê-lo<sup>12</sup>.

O design para o desenvolvimento necessita ampliar seu repertório de uma defesa da redução da pobreza e da consulta com pequenas e médias empresas para a criação estratégica de produtos para o mercado global e para a relação entre design e planejamento de média e larga escala. A indústria mundial da música oferece um excelente exemplo de como músicos oriundos de países desenvolvidos se lançaram em carreiras internacionais muito bem-sucedidas e se tornaram famosos artistas internacionais. Um bom exemplo relacionado a design se apresenta na área de moda, na qual o artesanato típico pode ser facilmente combinado a um componente de design de forte valor agregado a fim de produzir mercadorias de alta qualidade para venda no exterior. Em diversos casos se observa que tais empreendimentos são iniciados por indivíduos oriundos de países desenvolvidos que possuem um entendimento de marketing internacional, em detrimento da população local, maior contribuinte para o trabalho da empresa. No caso da *United States Fubu (For Us By Us)*, criada em 1992 por cinco homens afro-americanos com fundos limitados, no bairro do Queens, em Nova York, a aposta no estilo urbano se transformou em um negócio multimilionário, que incluiu não apenas roupas para homens, mulheres e crianças, mas também acessórios domésticos, tais como roupa de cama. Operando em países de todo o mundo, a expansão da Fubu baseou-se em princípios sagazes de marketing, permitindo à empresa levantar o capital necessário à medida que ela crescia<sup>13</sup>.

## 5.

O meu apelo, neste artigo, é para que se repense o escopo do design para o desenvolvimento, de modo que este possa atender às necessidades dos países em desenvolvimento de maneiras profundamente significativas. A *Declaração de Ahmedabad* clamava por intervenções que variassem de consultoria a empresas de pequeno porte até as mais sofisticadas formas de transferência de ciência e tecnologia. Nos anos seguintes, nem o ICSID nem a UNIDO seguiram essa visão, e um conceito muito mais limitado de design para o desenvolvimento, reforçado principalmente por Victor Papanek, dominou o design e o discurso sobre

12 Veja, por exemplo, a tese de doutorado *Design attitude and social innovation: empirical studies of the return on design*, que M. Amatullo apresentou em 2015 à Weatherhead School of Management, Case-Western Reserve University.

13 Ver <http://www.fubu.com>.

desenvolvimento<sup>14</sup>. É hora de reconsiderar a *Declaração de Ahmedabad*, juntamente com o modelo polifásico mais abrangente de Gui Bonsiepe, a fim de abordar de maneira mais ampla a vasta gama de complexos fatores que determinam as possibilidades de desenvolvimento no âmbito da economia global em evolução.

#### Referências

- BALARAM, S. Design in India: the importance of the Ahmedabad Declaration, *Design Issues Autumn 2009*, v. 25, n. 4, p. 54-79, 2009.
- BONSIEPE, G. Developing countries: awareness of design and the peripheral condition. In: PIROVANO, C. (Ed.) *History of design: 1919-1990 The dominion of design*. Milão: Electa, 1991.
- PAPANEK, V. For the southern half of the globe. *Design studies*, v. 4, n. 1, jan. 1983.
- \_\_\_\_\_. Design in developing countries 1950-1985: a summing-up. *Art Libraries Journal*, v. 11, n. 2, 1986.
- STIGLITZ, J. E. *An agenda for the new development economics*. [Rascunho preparado para a reunião da UNRISD, The need to rethink development economics, set. 2001.] Disponível em: <<http://www.unrisd.org/80256B3C005BCCF9/%28httpPublications%29/11660BB5D7A4BB11C1256BC9004B75FE?OpenDocument>>. Acesso em: 25 ago. 2015.
- UNIDO. *Lima declaration and plan of action on industrial development and co-operation*, 1975. Disponível em: <[https://www.unido.org/fileadmin/media/images/1975-Lima\\_Declaration\\_and\\_Plan\\_of\\_Action\\_on\\_Industrial\\_Development\\_and\\_Co-operation\\_26.3.1975.pdf](https://www.unido.org/fileadmin/media/images/1975-Lima_Declaration_and_Plan_of_Action_on_Industrial_Development_and_Co-operation_26.3.1975.pdf)>. Acesso em: 25 ago. 2015.
- WCCD. *Our creative diversity*. World Commission on Culture and Development. Paris: EGOPRIM, 1995.
- WCED. *Our common future*, from one Earth to one world. World Commission on Environment and Development. Oxford; New York: Oxford University Press, 1987.

14 O ICSID tentou criar uma organização com o objetivo de relacionar design e desenvolvimento. Chamada de *Design para o mundo*, e promovida inicialmente por Kenji Ekuan, ela idealizou vários projetos, mas nunca conseguiu construir uma base sólida de financiamento e, consequentemente, fechou suas portas. Ver Kenji Ekuan, *Design for the world*, *ICSID News*, v. 3 p. 8, 1999.